



**drynet**

www.dry-net.org

# No. 3

Junho de 2009

## Boletim Drynet

**Uma iniciativa global para dar um futuro às terras secas**

Drynet é um projeto de 17 organizações de vários lugares do mundo que trabalham juntos para combater a degradação do solo.

### CONTEÚDO

Novo desafio no combate à desertificação: A formulação dos Planos de Ação Estaduais (PAEs) **2**  
Comissão Nacional de Combate à Desertificação:  
Só falta a sociedade civil **3**  
O conhecimento, campo de disputa pela hegemonia **4**  
Rede de Tecnologias Sociais **5**  
Programa Uma Terra e Duas Águas **5**


#### Textos dos parceiros Drynet


Adaptação as alterações climáticas: Sinergias com a Convenção de Combate à Desertificação **6**  
Podemos sobreviver às armadilhas da adaptação? **7**  
Drynet apóia criadores de camelos **8**

#### PUBLICADO POR

 **Instituto Sertão**  
Pelo Desenvolvimento Humano e Meio Ambiente

Grupo de Trabalho  
de Combate à Desertificação

 **ASA**  
Articulação no Semi-Árido  
Brasileiro

 Este projeto é financiado  
pela União Europeia

Esta edição do boletim da rede Drynet aborda a elaboração dos Planos de Ação Estaduais, o tema mais urgente e importante na agenda da luta contra a desertificação no Brasil. É necessário que as instituições da sociedade civil assumam um papel de liderança nesse processo, posto que a criação dos PAEs constitui uma grande oportunidade para a orientação das políticas públicas e o reconhecimento do saber construído pelas comunidades e ONGs que lutam por um modelo agroecológico. O tema do “conhecimento” é, aliás, o segundo foco do boletim na sua parte brasileira. É no campo do conhecimento que se trava, em grande parte, a disputa pela hegemonia entre o modelo predatório de agricultura, dominante, e o modelo agroecológico.

A parte internacional do boletim nos fala sobre as sinergias entre a luta contra as mudanças climáticas e a luta contra a desertificação, que foi tema da parte brasileira na edição anterior. Não dá mais, definitivamente, para separar os dois assuntos, pois, em todo o mundo, as populações que habitam as “terras secas” (áridas, semi-áridas, sub-úmidas secas) serão as mais afetadas pelo aquecimento global.

Exótica para nós, brasileiros, a criação de camelos é um recurso tradicional para milhões de pessoas que habitam as regiões áridas e semi-áridas da Ásia e África. Um artigo da seção internacional fala sobre isso, trazendo-nos uma visão sobre outras realidades da luta contra a desertificação.



*Durante o mês de março de 2009, a rede Drynet realizou suas reuniões regionais na Ásia, África e América Latina, com o objetivo de fazer um balanço do andamento das atividades e discutir as perspectivas futuras. Na foto, visita a uma propriedade nas cercanias de Dakar, capital do Senegal, durante o encontro regional da África. Foto Maude Gentil*

## Novo desafio no combate à desertificação: A formulação dos Planos de Ação Estaduais (PAEs)

**Wouter van Oosterhout**

**DED – ASA Combate à Desertificação**

O Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN-Brasil), em vigor desde o final de 2004, prevê a formulação de Planos de Ação Estaduais em todos os onze Estados com Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD), sendo os nove do Nordeste mais Minas Gerais e Espírito Santo, que têm parte de seus territórios nessa situação. Estes planos estaduais deverão orientar a priorização e articulação entre programas e projetos setoriais, bem como definir ações concretas no âmbito do combate à desertificação. Os planos estaduais deverão refletir o espírito do PAN-Brasil: redução da pobreza e da desigualdade, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, gestão democrática e arranjos institucionais adequados.

A formulação dos Planos Estaduais agora está plenamente na agenda dos Estados. Equipes encarregadas da elaboração já foram formadas em Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte; outros Estados se encontram em estágios diferenciados de preparação. O ideal é que alguns elementos façam parte de todos os Planos:

- Um diagnóstico analítico das condições físicas, ambientais, sociais, políticas e econômicas das áreas semiáridas no Estado; recomendações para um sistema de gestão de conhecimento para o combate à desertificação;
- Identificação de políticas, programas e projetos relevantes para o combate à desertificação;
- Orientações para a realização de pactos e articulação entre os diversos atores sociais, apontando para um arcabouço institucional;
- Indicação de estratégias de implementação do PAE, observando temas de “concentração estratégica”;
- Participação e envolvimento dos diversos atores sociais, prioritariamente os residentes nas áreas semiáridas;
- Recomendações para o sistema de gestão do PAE;
- Recomendações para o sistema de monitoramento do PAE, contemplando aspectos físicos, sociais e econômicos;

A participação das organizações da sociedade civil na elaboração dos PAEs é crucial. As nossas organizações trazem o conhecimento local da situação e a experiência na busca de soluções adequadas para a população. Sua inserção

permite identificar e priorizar as ações mais relevantes e eficazes no combate à desertificação. É por isso que o processo de elaboração dos PAEs prevê tanto a participação de representantes da sociedade civil nas equipes de elaboração, como uma série de consultas às populações e atores locais, devidamente preparadas e articuladas.

Quem responde pela elaboração dos PAEs são os Pontos Focais Estaduais para o Combate à Desertificação (veja box). Recomenda-se que as ASAs estaduais se informem do andamento do processo em seus Estados e que aquelas organizações que se interessem pelo combate à desertificação procurem esses articuladores(as), para poder participar ativamente.

O acúmulo de conhecimento das organizações da ASA em relação aos sistemas agroecológicos e às tecnologias apropriadas para a convivência com o semi-árido é extremamente relevante para os Planos de Ação Estaduais. Por outro lado, o próprio processo de elaboração dos PAEs pode abrir oportunidades para a realização de pactos entre programas e projetos da sociedade civil junto às políticas públicas estaduais. Não podemos deixar de participar na elaboração dos PAEs.



*Neste cenário em vias de desertificação, com a terra nua, só sobrou uma solitária carnaúba*

## PONTOS FOCAIS ESTADUAIS

### Seu contato para entrar no processo do PAE

UF	Nome	Função/Instituição	Fone/Fax	E-mail
AL	José Roberto Valois Lobo	Coordenação de Conservação Ambiental - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH	(82) 3315.3904/2680	srh@semarh.al.gov.br loboroberto@ig.com.br
BA	Ana paula de Souza Dias	INGÁ-BA	(71) 3116.3288	anapaula.dias@inga.ba.gov.br
CE	Socorro Liduina Carvalho Costa	Secretaria de Recursos Hídricos -SRH/CE	(85) 3101.4026	liduina@srh.ce.gov.br
ES	Andressa Bacchetti Pinto	IEMA-SEAMA-ES	(27) 3136.3516	apinto@iema.es.gov.br
MA	Othelino Nova Alves Neto e José Amaro Nogueira	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMARN	(98) 3235.7981	othelinoneto@yahoo.com.br janogueira@yahoo.com.br
MG	Nahissa Harumi	SEDVAN-MG	(31) 3279.8524	nahissa.harumi@idene.mg.gov.br
PB	Edilton Rodrigues Nóbrega	Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA		edilton@sectma.pb.gov.br
PE	Aloysio Costa Júnior	Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA	(81) 3425.0303	aloyiocostajr@sectma.pe.gov.br
PI	Milciades Gadelha de Lima	Diretor de RH da Sec. De Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - PI	(86) 3216.2039	gadelha@ufpi.br semar@semar.pi.gov.br gadelhagnator@gmail.com
RN	Laélia Maria Lara F. de Melo	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH	(84) 3232.243	laelia@rn.gov.br laeliademelo@gmail.com
SE	Lício Valério Lima Vieira	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMARH	(79) 3179.7330	liciovalerio@gmail.com

## Comissão Nacional de Combate à Desertificação Só falta a sociedade civil...

Ainda não foram escolhidos os representantes da sociedade civil na Comissão Nacional de Combate à Desertificação, criada em 21 de junho do ano passado. Trata-se de uma das instâncias mais importantes do combate à desertificação, prevista no próprio PAN (Plano de Ação Nacional) do Brasil. Caberá a essa Comissão estabelecer estratégias e implemen-

tar os compromissos assumidos pelo Brasil na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

Os representantes da área governamental foram empossados pelo Ministro Carlos Minc em novembro do ano passado. A promessa da Coordenação de Combate à Desertificação, do Ministério

do Meio Ambiente, é que ainda neste semestre se inicie o processo de escolha dos representantes da sociedade civil, através de assembleias públicas nos 11 estados afetados (um representante por estado). Promessa difícil de ser cumprida, pois já estamos no início de junho e antes da realização das assembleias deve acontecer o registro das instituições interessadas.

## O conhecimento, campo de disputa pela hegemonia



Mandala

O conhecimento está no centro da disputa entre as diferentes visões sobre o desenvolvimento do semi-árido. O agronegócio se sustenta em um conjunto de conhecimentos coerentes e eficazes do ponto de vista da acumulação do capital, mesmo que nem sempre as alternativas que propõe sejam social e ambientalmente corretas (ou que frequentemente não o sejam). Esse conhecimento (= “soluções”) recebe o apoio irrestrito do estado, através de pesquisa, crédito, obras públicas e regulamentação favorável. A mídia, geralmente, bate palmas...

A criação de um modelo alternativo, agroecológico e sustentável, supõe a sistematização de outro conhecimento, capaz de disputar a hegemonia junto ao primeiro. Qual o caminho para a o empoderamento desse conhecimento alternativo, perante o escasso interesse que lhe mani-festa o estado e a fragmentação das instituições desse campo, que atuam quase sempre em nível micro-regional e enfrentam uma crônica escassez de

financiamentos para pesquisar, sistematizar e divulgar?

### Tecnologias Sociais, um caminho

As Tecnologias Sociais são “produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social”.

A disseminação dessas tecnologias passou a receber atenção e apoio crescente por parte de investidores institucionais de peso, a partir do primeiro mandato do presidente Lula. A Fundação Banco do Brasil foi pioneira nesse sentido, a partir de 2001, quando lançou a primeira edição do seu prêmio de Tecnologia Social.

Em Abril de 2005, um grupo de instituições criou a Rede de Tecnologias Sociais – RTS - (é dela a definição que

usamos no primeiro parágrafo), com a missão de “promover o desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a replicação em escala de tecnologias sociais”.

No campo do desenvolvimento sustentável do Nordeste, esse novo olhar garantiu a viabilidade do Programa Um Milhão de Cisternas, da ASA. Para além do seu impacto positivo na vida de centenas de milhares de famílias nordestinas (250.000 cisternas já construídas) que passam a ter acesso à água de qualidade para consumo nos períodos de estiagem, O P1MC constituiu a primeira experiência de articulação social regional para divulgação, em escala de massa, de uma tecnologia surgida do conhecimento tradicional. O Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2), também da ASA, avança nesse sentido e constitui uma proposta com potencial para articular uma resposta consistente ao discurso hegemônico sobre o uso da água.

Esse modelo – a articulação social de ampla escala – poderia ser o caminho para a disseminação de muitas outras tecnologias de convivência com o semi-árido desenvolvidas ou aperfeiçoadas ao longo das últimas décadas por ONGs nordestinas. A viabilização desses processos de disseminação deveria ser incluída na pauta dos Planos de Ação Estaduais de Combate à Desertificação, de que falávamos nas páginas anteriores. Cabe a ASA, e também a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), um papel de liderança.



Barreiro para irrigação de salvação (foto Embrapa Semi-Árido)

## O segredo de viabilidade em escala de uma Tecnologia Social

1) Tecnologias Sociais nascem ou da sabedoria popular, ou do conhecimento científico, ou da combinação de ambas;

2) Viabilidade técnica e consolidação de um padrão tecnológico (a multimistura tem uma fórmula e um método de produção; a cisterna tem um projeto básico e um roteiro de construção);

3) Viabilidade política. A tecnologia, por várias razões e meios, ganha autoridade e visibilidade. Especialistas influentes comentam e recomendam-na. Entidades civis e outras organizações passam a reivindicar seu uso. Movimentos sociais passam a apontá-la como solução;

4) Viabilidade social, quando a tecnologia tem de se mostrar capaz de ganhar escala. É chave que se forme em torno dela uma ampla rede de atores que consigam dar capilaridade à sua demanda e capacidade de implementação. Isso inclui a montagem de uma complexa logística de execução e assistência. Articulação entre governo, administração, especialistas e organizações sociais.

*(in Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento / Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004, pág. 68 e 69, disponível em <http://www.oei.es/salactsi/Teconologiasocial.pdf>)*

## Rede de Tecnologias Sociais

A Rede de Tecnologias Sociais (RTS) foi criada em Abril de 2005 por uma série de instituições “com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a replicação em escala de tecnologias sociais”.

Ela é formada por quatro tipos de instituições: mantenedoras (8), investidoras (27), articuladoras de redes (440) e replicadoras (416).

Atualmente seu Comitê Coordenador está formado pelas seguintes instituições:

- Caixa Econômica Federal (Caixa)
- Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)
- Fundação Banco do Brasil (FBB)
- Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
- Ministério da Integração Nacional (MI)
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
- Petrobras
- Sebrae
- Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA)
- Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais (Abong)
- Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
- Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)
- Rede Cerrado
- Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom)

*(fonte: [www.rts.org.br](http://www.rts.org.br), em 10.05.2009)*

## Programa Uma Terra e Duas Águas

O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), da ASA, pretende assegurar à população do Semi-Árido o acesso à terra e à água, tanto para consumo das famílias e dos animais, como para a produção de alimentos, ao mesmo tempo ensinando a cultivar a terra de maneira sustentável. A concepção do P1+2 envolve o treinamento e mobilização das famílias em todas as fases de sua implantação.

O marco referencial do P1+2 é o “Programa 1-2-1” do governo chinês, aplicado no Semi-Árido daquele país desde os anos 90 do século passado (uma terra, duas cisternas e uma área de captação de água de chuva). Essa experiência foi apresentada em um seminário em Petrolina, em 1999.

As tecnologias de captação de água de chuva utilizadas pelo P1+2 são: cisternas, poços e cacimbas, barragens subterrâneas, barreiro trincheira (acumula reserva de água que é usada para irrigação “de salvação” para impedir que a lavoura morra durante os veranicos, freqüentes mesmo no período invernosos), pequenos açudes, caldeirão (ou tanque de pedra, uma caverna natural ou escavada em lajedos), e mandala (tecnologia de produção intensiva em pequenas superfícies, em círculos concêntricos, com um reservatório no centro).



Poço amazonas em uma barragem subterrânea (foto Carlos A. da Silva, 1998)

## ASA discutirá desertificação

Nos dias 12 e 13 de agosto, será realizado, em Recife, o Seminário “A Articulação do Semi-Árido e as perspectivas para o combate à desertificação”, com o objetivo principal de aproximar visões e entendimentos acerca dos programas da ASA e definir as interações com as estratégias de combate à desertificação no âmbito da convivência com o Semi-Árido.

O evento é apoiado pela Drynet e reunirá a Coordenação Executiva da ASA, as coordenações dos programas P1MC e P1+2, e a Coordenação do Grupo de Trabalho de Combate à Desertificação (GTCD).

## Adaptação as alterações climáticas:

### **Sinergias com a Convenção de Combate à Desertificação**

Há vários anos foram iniciados esforços multinacionais no sentido de desenvolver programas de ação para combater a desertificação. Esses processos têm levado à implementação de diversas iniciativas para atenuar os efeitos da seca e também à consolidação de estratégias de sobrevivência de comunidades locais confrontadas com a degradação dos solos.

As iniciativas empreendidas em países afetados da África, Ásia e América Latina, abordam principalmente o desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar, a conservação e proteção das fontes naturais, a gestão dos recursos hídricos, o uso eficiente de energia, a informação e a comunicação.

Estas iniciativas coincidem em larga medida com as atividades prioritárias identificadas nos Programas de Ação Nacionais de Adaptação (PANA), criados para enfrentar os efeitos adversos das mudanças climáticas nos países menos desenvolvidos (PMDs). Na África, isto se aplica particularmente aos recursos hídricos, segurança alimentar, ecossistemas de zonas áridas, silvicultura e zonas costeiras.

É difícil distinguir entre a luta contra a desertificação e a adaptação à mudança climática no que diz respeito às ações supramencionadas. Outras ações de combate à desertificação podem também contribuir para a mitigação das alterações climáticas, como a gestão sustentável dos solos e recursos florestais, com seqüestro (fixação) de carbono. Além disso, a melhoria do acesso dos países em desenvolvimento

afetados a tecnologias de energia renovável pode reduzir emissões de gases do efeito estufa resultantes da utilização de combustíveis fósseis.

As necessidades indicadas nos Programas de Ação Nacionais de Adaptação e nos Programas Nacionais de Ação para o Combate à Desertificação, permitem destacar áreas prioritárias comuns, pois embora os seus métodos e abordagens sejam diferentes, a UNFCCC (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas) e a UNCCD (Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação) partilham um objetivo comum: melhorar as condições de vida das populações pobres e vulneráveis, afetadas tanto pela desertificação como pelas alterações climáticas. Há necessidade de que essas estratégias sejam executadas efetivamente, para criar uma verdadeira perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Para acelerar o curso de ação, os programas de adaptação às mudanças

climáticas devem reforçar e alargar o alcance das atividades já iniciadas no âmbito dos Planos de Ação Nacional para o Combate à Desertificação. Esta abordagem irá reforçar a colaboração entre os diferentes intervenientes e instituições, evitar a duplicação das ações e, com os recursos financeiros existentes, responder eficazmente às necessidades das populações mais carentes que vivem em zonas áridas nos países em desenvolvimento, onde os meios de subsistência estão diretamente ligados aos recursos naturais.

As abordagens para enfrentar a adaptação às alterações climáticas podem se beneficiar, em nível mundial, com as sinergias das iniciativas e modelos oriundos da Convenção de Combate à Desertificação.

**Parceiro Drynet: Emmanuel S. Seck, ENDA TM, Senegal** (Environmental Development Action in the Third World) - "Environment Energy Development"



**EXTRATO DO ARTIGO:**

## Podemos sobreviver às armadilhas da adaptação?

O reconhecimento pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de que o clima está mudando rapidamente e vai afetar severamente as comunidades mais vulneráveis do mundo, pôs a adaptação a essa realidade no topo da agenda global. O que isso significa para as políticas e práticas de desenvolvimento?

Conforme as circunstâncias e o ambiente físico mudam, os seres vivos e as suas sociedades devem também transformar-se para sobreviver e prosperar nas novas condições. Chamamos de "capacidade adaptativa" a combinação especial de qualidades, habilidades e recursos mentais e emocionais que permite que as pessoas enfrentem e respondam positivamente às transformações: a capacidade de um sistema social-ecológico vivo para ajustar respostas a demandas internas e ofertas externas mutáveis.

Para sobreviver e prosperar, comunidades agrícolas e pastorais nas regiões secas terão de gerir seus recursos retirando de seu passado o conhecimento e experiência necessários, mas de uma forma que ultrapasse os limites do familiar e do tradicional. É essencial então que compreendamos que tipo de condições irão permitir que as comunidades mais vulneráveis do mundo prosperem neste ambiente global mutante, e que utilizemos esse conhecimento para moldar nossas políticas e práticas. "Armadilhas" de pobreza e rigidez limitam a capacidade

das pessoas e de suas instituições para se adaptarem à evolução das sociedades com sucesso.

Fornecer dinheiro e recursos materiais para as comunidades vulneráveis não é suficiente para aumentar a sua resiliência. Ajuda inapropriada pode prejudicar a resistência e auto-suficiência das comunidades agrícolas. Será vital concentrar recursos materiais em garantir que a resiliência e a capacidade de resolver problemas nas comunidades sejam reforçadas. O que foi descrito como uma boa prática de desenvolvimento em épocas anteriores é mais relevante do que nunca na "era da adaptação": abordagens de gestão sustentável dos recursos baseadas principalmente nos recursos locais, guiados pelos conhecimentos locais ecológicos e sociais, engajando a plena participação das comunidades locais através da pesquisa-ação participativa.

"Soluções" baseadas em tecnologias que só existem fora das comunidades afetadas falham. E quando isso acontece, temos de ter o cuidado de evitar que as comunidades afetadas sejam apontadas como responsáveis do fracasso.

**Parceiro Drynet: Noel Oettle, EMG, South Africa**

Para leitura do artigo complete por favor visite nosso sitio:

[www.dry-net.org](http://www.dry-net.org) (em inglês)

## Agenda 2009 Internacional

**29 Junho – 03 Julho 2009** - Encontro regional de América Latina e Caribe para preparação da 9ª Conferencia das Partes (COP 9) da Conferencia das Nações Unidas contra a Desertificação e do Encontro Científico paralelo. Montevideu, Uruguai.

**23 – 29 Agosto 2009** - Segundo Congresso Mundial sobre Agrofloresta (ICRAF). Kamloops, Nairobi, Kenya: [www.worldagroforestry.org](http://www.worldagroforestry.org)

**21 Setembro - 2 de Outubro 2009** - 9ª Conferencia das Partes (COP 9) da Conferencia das Nações Unidas contra a Desertificação. Buenos Aires.

**22 – 24 Setembro 2009** - Conferência Científica e Consulta paralela à COP 9, com o tema "Tendências em Desertificação e Degradação de solos". Buenos Aires.

**07 – 09 Outubro 2009** - Forum Global sobre Energias Renováveis e Eficiência Energética (UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial). México: <http://www.unido.org/>

**08 – 12 Novembro 2009** - 16ª Conferencia da Organização Internacional para a Conversação do Solo – ISCO. Santiago, Chile: <http://www.tucson.ars.ag.gov/isco/>

**07 – 18 Dezembro 2009** - UNFCCC (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas) Conference das Partes, 15ª sessão, e encontros dos corpos subsidiários da UNFCCC. Copenhagen, Dinamarca: [http://unfccc.int/parties\\_and\\_observers/ngo/items/3667.php](http://unfccc.int/parties_and_observers/ngo/items/3667.php) <http://en.cop15.dk>

## Parceiro Drynet apóia criadores de camelos

Com a sua proverbial adaptação ao deserto, o camelo é um dos animais domésticos melhor equipados para resistir ao aquecimento global. Ele já está substituindo o gado em áreas como as pastagens naturais de Borana, na Etiópia, onde a maior concentração de CO2 atmosférico está levando à substituição da vegetação arbustiva por pastos. Sob altas temperaturas, camelos têm também a grande vantagem sobre o gado de não precisar de ambientes refrigerados para a produção leiteira.

As corridas de camelos são muito populares no Golfo Pérsico (também um grande negócio!); menos conhecido é o potencial econômico da produção de leite de camela. Ultimamente a procura estourou nos supermercados dos Emirados Árabes Unidos, em especial Dubai, após a descoberta de que o chamado "ouro branco do deserto" poderia constituir um tratamento alternativo para a diabetes, pois contém uma substância que simula o efeito da insulina. O leite de camela também tem ingredientes que estimulam o sistema imunológico, sendo utilizado para o tratamento da tuberculose e até mesmo de câncer. Ademais, pode ser consumida pelas pessoas que apresentam intolerância à lactose. A demanda também aumentou porque uma empresa de laticínios de Dubai – com o sugestivo nome de Camelicious – criou uma empresa conjunta com um fabricante austríaco de chocolate, para fornecer leite de camela em pó. Por estas razões, os países do Golfo Pérsico estão atualmente comprando tantos camelos fêmeas quanto possível em países como a Índia, Paquistão ou Sudão.



Ordenha de camelos em Khaba - Foto cortesia do autor

A maioria dos camelos do mundo ainda é propriedade da população mais marginalizada, que habita as mais quentes e remotas partes da África e da Ásia. É óbvio que essas pessoas têm um grande recurso em suas mãos, mas, para que possam tirar proveito dele, é necessário agregar vários fatores, tais como a sensibilização sobre o potencial econômico desses animais, o fortalecimento organizacional, o treinamento, bem como o apoio tecnológico e de infra-estrutura para o processamento de produtos derivados, que não se limitam ao leite, mas incluem também a carne, a lã, o couro, e até mesmo o papel artesanal (feito a partir dos excrementos). O parceiro Drynet Lokhit Pashu-Palak Sansthan, da Índia, com o apoio da Liga para o Desenvolvimento dos Povos Pastoralistas e da Pecuária Endógena (Alemanha), está atualmente apoiando os criadores de camelo do Deserto de Thar, com resultados significativos. Contudo, muito mais precisa ser feito e o esforço desta ONG deve ser apoiado por políticas públicas adequadas, bem como esforços de investigação orientados. Esta iniciativa também

deveria ser replicada no Paquistão, Irã, Sudoeste Asiático e outros países para garantir que não sejam apenas os abastados países do Golfo que possam se beneficiar dos recursos advindos deste animal, mas também a população pobre das terras secas.

**Parceiro Drynet: Ilse Köhler-Rollefson, LPP, Germany**

.....  
Se você deseja receber este boletim por via eletrônica ou para obter mais detalhes sobre os artigos publicados, entre em contato conosco através do endereço [sertão@sertão.org.br](mailto:sertão@sertão.org.br). Visite o site [www.dry-net.org](http://www.dry-net.org) em inglês.

### Edição brasileira

**Textos:** Daniel Raviolo

**Diagramação:** Paulo Camelo

**Tiragem:** 1.000 exemplares